

Neopopulismo ou populismo às avessas? Análise da emergência populista no Brasil e o bolsonarismo

Neopopulism or backward populism? Analysis of the populist emergency in Brazil and bolsonarism

Artigo recebido em 03/09/2022 e aprovado em 10/05/2023.

Wellington José Campos

Mestre em direito das relações econômicas e sociais Faculdades Milton Campos. Graduado em direito pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Especialista em história e culturas políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Graduado em bacharelado e licenciatura plena em história pela Faculdade ASA de Brumadinho (2006). Gestor educacional com foco em resultados e gestão de pessoas, experiência em coordenação e conflitos interpessoais. Palestrante educacional na área de gestão e resolução de conflitos.

Resumo

O presente artigo tem como premissa a análise do populismo como *status* de fenômeno a partir dos escritos de Ernesto Laclau e as contribuições de Sigmund Freud para a compreensão da formação do líder pelo povo quando dos desejos emanados pelas demandas “eu”, bem como a aplicação do conceito no surgimento do bolsonarismo como modo de pensar político. A metodologia utilizada foi a dedutiva, por meio da pesquisa bibliográfica sobre o tema versado. O resultado encontrado foi a existência de um fenômeno populista incipiente na cultura política brasileira, o bolsonarismo, com um líder construído por sujeitos que não tinham espaço de fala na sociedade e veem nessa nova via uma forma de realização individual de seus desejos, bem como a necessidade de debates políticos mais profundos no sentido de fortalecer a democracia brasileira.

Palavras-chaves: cargo político; política; populismo; sociedade.

Abstract

This article is premised on an analysis of populism as a phenomenon status from the writings of Ernesto Laclau and as contributions by Sigmund Freud to the understanding of the formation of leaders by the people when the desires emanated by the demands "I", as well as the application of the concept in the emergence of Pocketnarism as a political way of thinking. The methodology used was deductive, through bibliographical research on the subject discussed. The result found was the existence of an incipient populist phenomenon in Brazilian political culture, the Pocket Narimo, with a leader built by subjects who had no space for speech in society and who see in this new way a form of individual fulfillment of their desires, as well as the need for deeper political debates in order to strengthen a Brazilian democracy.

Keywords: political office; politics; populism; society.

1 Introdução

Após a emergência de diversos governos conservadores no cenário mundial, conceitos como fascismo, autoritarismo, totalitarismo e populismo permeiam os debates tanto nos meios populares como no âmbito acadêmico. De acordo com especialistas, essa tendência pode ser explicada por uma série de fatores, incluindo a descrença na política tradicional, a frustração com o desempenho econômico e o medo do terrorismo e da imigração.

Um exemplo de governo conservador que tem chamado atenção é o de Donald Trump nos Estados Unidos. Segundo uma reportagem da BBC News (2020), o governo Trump tem sido marcado por um discurso nacionalista e protecionista, com a implementação de medidas restritivas à imigração e a saída do país de acordos multilaterais como o Acordo de Paris sobre o clima e a Organização Mundial da Saúde.

Outro exemplo é o governo de Viktor Orbán na Hungria. Conforme uma reportagem do jornal El País (2020), o governo Orbán tem sido criticado por restringir a liberdade de imprensa e as atividades de organizações da sociedade civil, além de impor políticas anti-imigração e conservadoras em relação à sexualidade e aos direitos das minorias.

No Brasil, o governo Bolsonaro também é considerado um exemplo de governo conservador. De acordo com a revista Exame (2020), o governo Bolsonaro tem se caracterizado por um discurso populista e nacionalista, com ataques à imprensa livre e a implementação de medidas polêmicas na área ambiental e na política externa.

Na Europa, temos casos como o da Itália, com a coalizão entre a Liga Norte e o Movimento 5 Estrelas, e o da Polônia, com o governo do partido Lei e Justiça (PiS). Ambos os governos têm sido criticados por adotar políticas anti-imigração e nacionalistas, além de limitar a liberdade de imprensa e judicial. Na Ásia, o exemplo mais notável é o da China, cujo governo comunista é visto como conservador em termos de valores sociais e políticos, além de manter um sistema de partido único e restrições às liberdades civis e políticas.

Já na América Latina, a ascensão do conservadorismo pode ser exemplificada pela eleição do presidente argentino Mauricio Macri em 2015 e a posterior eleição do presidente Alberto Fernández, em 2019. Segundo uma reportagem do jornal O Globo (2020), a eleição de Macri representou uma ruptura com o ciclo de governos populistas e nacionalistas na Argentina, com uma agenda pró-mercado e anti-imigração. Por outro lado, a eleição de Fernández pode ser vista como uma reação à agenda de Macri, com um governo mais voltado para a distribuição de renda e as políticas sociais.

Em todos esses exemplos, podemos observar um discurso populista e nacionalista, com a ênfase em valores tradicionais, a restrição às liberdades civis e políticas, e a adoção de políticas anti-imigração. Esse fenômeno tem sido objeto de preocupação para muitos especialistas, que apontam para os riscos de uma erosão dos valores democráticos e uma polarização cada vez maior na sociedade.

A excepcionalidade no surgimento de governos conservadores e populistas vai de encontro com a situação econômica mundial advinda das diversas crises do capitalismo desde 2008. Os ideais neopopulistas conservadores representam uma ameaça significativa à governança de Estados liberais e democráticos em todo o mundo. Isso porque, ao se apresentarem como a voz do povo, esses líderes muitas vezes atacam as instituições democráticas, minando a confiança dos cidadãos nelas. Além disso, esses líderes tendem a ter uma visão maniqueísta da política, em que o “povo” é visto como o bem e os “inimigos do povo” são vistos como o mal, o que pode levar a uma polarização política, ao enfraquecimento do diálogo e do debate democrático e a uma ameaça à governança de Estados liberais e democráticos em todo o mundo.

Escândalos de corrupção, mau uso do dinheiro público, o descrédito com a classe política e a luta de alguns setores reacionários são condições para o crescimento do fenômeno “Bolsonaro” no Brasil, tornando a luta contra a dita “velha política”, a higienização e purificação dos valores da sociedade bandeiras necessárias a uma parcela da sociedade, que ora preconceituosa, misógina e elitista não tinha um líder com voz capaz de exacerbar valores que se colidem com a ordem democrática e o estado de direito.

O presente artigo tem como premissa a análise do surgimento do conceito “bolsonarismo” pós eleições de 2018, suas características populistas e fascistas em contraposição com as condições que favoreceram o seu florescimento, tratando o populismo como um fenômeno político. O marco teórico utilizado são os escritos de Ernesto Laclau, especificamente no livro “A razão populista” e “Psicologia das massas e análise do eu” de Sigmund Freud.

A metodologia utilizada na produção foi a indutiva e dedutiva, partindo da análise dos escritos de Ernesto Laclau e Sigmund Freud para compreender a emergência do bolsonarismo e a massa de apoiadores.

A dificuldade inicial é pensar o populismo em um momento tão delicado de crise econômica, social, política e ideológica. Assim, em pese a identificação de muitas atitudes governamentais com o nazifascismo, em conjunto com uma tendência das camadas populares e intelectuais em analisar a aproximação da elite brasileira e a figura do poder executivo federal, um ente que para vários desses é desprovido de capacidade de gerir uma nação, torna-se necessário refletir sobre um conceito de populismo como fenômeno do político, ou seja, pensar o processo em que

um líder se coloca como capaz de conduzir as diversas reivindicações populares, por mais heterogêneas que sejam, em meio a um vácuo de descrédito das instituições ideológicas predominantes. Nesse sentido,

...em vez de contrapor “vagueza” a uma lógica política madura, governada por um alto grau de determinação institucional [...], deveríamos começar a colocar para nós mesmos um conjunto mais básico e diferente de perguntas: a “vagueza” dos discursos políticos populistas não é consequência da própria realidade social que, em algumas situações é vaga e indeterminada? Nesse caso, o populismo, mais do que uma tosca operação política e ideológica, não seria um ato performativo dotado de racionalidade própria, isto é, em determinadas situações a vagueza não seria pré-condição para a construção de significados políticos relevantes? (Laclau, 2003, p. 53).

Dessa forma, algumas questões são levantadas neste artigo: como podemos compreender o conceito de populismo na atualidade? O conceito revitalizado de Ernesto Laclau pode ser utilizado para compreender o fenômeno bolsonarista no Brasil? Em que medida o inconsciente político contribui para a formação do líder populista?

2 Para entender o inconsciente político

No intuito de entender como se unem e identificam, num mesmo ponto de forma inconsciente, uma grande diversidade de pessoas em prol de uma ideologia, de um grupo no poder ou de um líder, recorremos à leitura de Freud em seu texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*.

Nesse sentido, verifica-se a lógica de reprodução dos grupos sociais a partir de um inconsciente de identificação, dedução que extraída da leitura freudiana e tem como fonte o conservador Gustave Le Bon em seu livro *Psicologia das multidões* (2019). Em seus escritos, Le Bon tentava entender as revoluções políticas na França, especialmente a Comuna de Paris em 1871 e como essa poderia afetar a mentalidade dos cidadãos envolvidos no período revolucionário.

Para Le Bon (1895, p. 24), “Pelo simples fato de fazer parte de uma massa, o homem desce vários degraus na escada da civilização”. Assim, a formação das massas estava ligada à dissolução do indivíduo no meio do grupo ao qual pertence, bem como suas explicações associadas ao rebaixamento intelectual de cada membro pertencente à massa.

Na contramão dessa visão alienista e conservadora, Freud (1990) enxerga a condição psíquica como lógica para a formação de grupos, propondo que na formação das instituições os membros participantes se identificam com o líder, colocando esse como o “eu” ideal. Dessa forma, o que une cada indivíduo com o grupo seria o investimento amoroso, encontrado nos traços simbólicos expelidos pelo líder e sua identificação com o eu ideal de cada sujeito, consolidando assim a coesão social horizontal. Um exemplo seria a identificação do Eu cristão com a suposta defesa pelo líder, dos valores da família tradicional, o que nessa leitura freudiana modifica substancialmente a visão político-patológica de Le Bon.

Gustave Le Bon afirma que a massa é um “ser moral e intelectual inferior” que se comporta de forma irracional e impulsiva, sendo facilmente influenciada por líderes carismáticos e manipuladores. Para Le Bon, a massa é incapaz de raciocinar de forma lógica e crítica, e seus instintos primários são facilmente manipulados por líderes que sabem explorá-los. Le Bon descreve a massa como uma “mente coletiva” que tem uma tendência natural a se submeter à autoridade e a seguir os instintos da multidão. Ele acredita que essa tendência pode ser ainda mais intensificada em contextos de agitação social, como manifestações e revoltas, nas quais as emoções são ampliadas e as pessoas são levadas a agir de forma impulsiva.

Essa visão de Le Bon é considerada por muitos como uma abordagem política-patológica, pois retrata a massa como um objeto de estudo patológico e sublinha a importância de líderes fortes para controlar e guiar as multidões. Em contraste, outras abordagens psicológicas, como a de Freud, enfatizam a importância da compreensão dos processos psicológicos individuais para entender os comportamentos coletivos.

Assim a alteração no sentido de pertencimento do indivíduo ao grupo, uma vez que a lógica seria de união dos membros pela causa ou ideia, só seria possível porque os indivíduos “depositam no líder a causa da sua libido”. Esse líder, para Freud, não tem um lugar qualquer de poder. Ele está ligado inconscientemente na figura do pai, mais especificamente o pai descrito segundo o mito científico do autor em *Totem e Tabu* (2019), no qual a passagem do estado de natureza para o estado da cultura só ocorre quando os filhos de uma horda primitiva

assassinam o pai que possuía monopólio sexual sobre as mulheres, instituindo nesse momento a lei totêmica como interdição paterna.

A obediência ao líder, a partir desse mito, ocorre *a posteriori* no sentido de compensação do sentimento de culpa dos filhos, que após matarem o pai instituem a lei que possui o mesmo molde de interdito paterno. Entretanto, apesar de não ser ponto do nosso debate, esse mito que foi muito contestado por diversos antropólogos, nos sugere que o pai (líder) se coloca à margem da lei para fundá-la, em conjunto com a noção de que o sujeito está unido ao seu líder pelo simbolismo da sua autoridade e sua identificação com o eu ideal, guardando um germen da exceção e desmesura.

Em Freud, podemos compreender que a possibilidade da exceção e do arbítrio estão inscritas na cultura, não como um retrocesso arcaico, mas como condição de possibilidade de nossas democracias — tese que anos após seria defendida por Carl Schmitt, teórico do nazismo, e mais recentemente, recapitulada por Giorgio Agamben (1993) (Indursky, 2020, p. 155).

O retorno a figuras autoritárias e conservadoras indica que jamais abandonaremos por completo essas concepções de poder e valores, bem como não deixamos de lado a realidade social baseada na relação da guerra e a religião. De encontro com esse pensamento, Vladimir Safatle (2015) afirma que Freud traz à memória a história da democracia do ocidente como um retorno hesitante da relação entre o teológico-político poder e as figuras de líderes religiosos e militares.

No mesmo sentido, a leitura de Freud possibilita compreender como as figuras sociais paternas não desaparecem em momentos de crises da própria noção de autoridade e poder paternal, mas sim são investidas numa política de retorno de um pai ainda mais forte, que não necessita de se submeter a repressão e ao politicamente correto. Tal pensamento é retirado das análises de Theodor Adorno (1977) sobre a propaganda política do Terceiro Reich, onde uma Alemanha humilhada, em meio à crise econômica, crise de autoridade e vendo seu declínio industrial, mostra que apesar de não desejar a morte de inúmeras pessoas, os cidadãos alemães colocaram sua fé na reconstrução do país em um líder tirânico, seguido de uma lógica de purificação da população em detrimento de raças impuras que impossibilitava o crescimento alemão, a soberania e a segurança da nação.

Entretanto, a entrega ao novo líder, a busca da soberania e segurança nacional, bem como a defesa de valores de uma raça pura não trouxeram novas leis que promovessem a segurança e a proteção do povo; pelo contrário, possibilitou a suspensão de leis e até mesmo a transgressão ao mero prazer da vontade do Führer, pois conforme anteriormente dito, o fundamento da autoridade freudiana também guarda lugar para a exceção e desmesura.

Outro ponto advindo da leitura de Adorno (2007, p. 172) e da matriz freudiana é a compreensão da propaganda nazista como base para as democracias liberais no pós-guerra, uma vez que essas se apropriaram do fantasma do pequeno grande homem, isto é, “uma pessoa que sugere, ao mesmo tempo, onipotência e a ideia de que ele é apenas mais um do povo, um simples, rude evigoroso americano, não influenciado por riquezas materiais ou espirituais”. Nesse momento, vemos a separação da ordem simbólica tão invocada por Freud e que em Adorno não é fundamental para a compreensão da identificação do indivíduo com o líder.

Podemos afirmar, que

Muito antes, a preponderância das identificações veiculadas então poderiam ser de ordem narcísica, fazendo com que o líder fosse uma espécie de “prolongamento da própria personalidade do sujeito, uma projeção coletiva de si mesmo” (Adorno, 1977, p. 172), que funcionaria como uma espécie de compensação imaginária aos múltiplos sofrimentos psíquicos vividos pelo sujeito (Indursky, 2020, p. 155).

Para compreender o inconsciente político, a partir das análises freudianas e suas contribuições para explicação dos regimes totalitários no século XX, verificou-se que Psicologia *das Massas* foi responsável, nas palavras de Ernesto Laclau (2013), pela “denigração das massas”, associando assim o populismo às inconsistências das ideologias, das instituições e do autoritarismo dos líderes que representam o que há de mais antigo na política. Laclau inaugura uma reflexão sobre o populismo centrada na forma de manifestação do político frente ao tecido social, ao invés de partir do conteúdo de reivindicações ideológicas, fazendo assim um resgate político de Freud como veremos a seguir.

3 O populismo em Laclau e o povo

O populismo como um conceito revitalizado, diferentemente do cunhado no século XX, tem como norte o contexto da obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) *Hegemonia e Estratégia Socialista*, trazendo à deriva a pergunta que marca as obras de Gramsci, sobre o porquê do fracasso socialista no ocidente. Podemos afirmar que a

Grosso modo, na leitura de Gramsci, o conceito de hegemonia ocupa um lugar estratégico no marxismo ocidental ao destacar a importância da sociedade civil (enquanto superestrutura) na construção das condições de possibilidade para que diversos sujeitos políticos possam tomar consciência do processo histórico da luta de classes. A descentralização do proletariado como agente revolucionário privilegiado e universal apontava assim uma transição importante na tradição marxista, em que a sociedade começava a não ser mais vista como uma totalidade fechada e determinista, abrindo a possibilidade para a heterogeneidade de seus atores, em que o universal é transpassado necessariamente por uma negatividade incontornável (Indursky, 2020, p. 157).

Assim, partindo da leitura de Laclau e Mouffe, vemos que as preocupações se centram no mecanismo político que possibilitará o surgimento de uma grande diversidade de identidades sociais com condições de coletivamente agir politicamente. Dessa forma, o processo democrático seria ampliado, pois apesar do antagonismo das identidades sociais existentes, esses passariam por um circuito de negociações, deixando de lado as fronteiras entre o “nós” e o “eles”.

Para os citados autores, o momento político de irrupção do heterogêneo é propriamente desestabilizante do que se apresenta como universal em dada sociedade, ou seja, o que se aproxima de heterogêneo são os povos sem história da dialética hegeliana, os excluídos do processo na dialética política.

Assim sendo, ao buscar revitalizar o conceito de populismo, Laclau (2013, p. 170) tem na psicanálise uma possibilidade de demonstrar a construção do povo a partir da coletividade em um significante vazio que possa unificar as demandas individuais da coletividade em políticas equivalentes. Dessa forma, “O significante vazio operaria como um significante qualquer que a partir de um investimento libidinal, afetivo e ideológico consegue abrigar essa cadeia de demandas políticas contingentes”.

Importante destacar que ao tomar a Psicologia das Massas como ponto de convergência do pensamento de Freud e Laclau, o sujeito intensifica-se parcialmente com alguma característica do líder — o que no pensamento freudiano é chamado de lógica sinédoque e que em Laclau será a base estrutural da operação populista. Trata-se, portanto, da superação da dicotomia entre a manipulação e o *populus*. Em Freud, de Psicologia das Massas, o povo seria nomeado pelo líder. Na ação populista de Laclau, o povo que dá nome ao seu líder. Assim sendo, podemos, a partir das breves considerações anteriores, refletir sobre o surgimento de novos líderes conservadores, de extrema direita e do fantasma do ditador que enamora nossa sociedade de tempos em tempos.

Conforme diz Laclau (2013, p. 110):

Se minha leitura de seu texto [Psicologia das Massas] for correta, tudo gira em torno da noção primordial de identificação, e o ponto de partida para explicar uma pluralidade de alternativas sociopolíticas deve ser encontrado no grau de distância entre o Eu e o ideal do Eu. Se essa distância aumenta – e por que aumenta é a pergunta que devemos nos fazer –, encontramos a situação fundamental descrita por Freud: a identificação entre os pares enquanto membros do grupo e a transferência do papel do ideal do Eu para o líder. [...] Se, ao contrário, a distância entre o Eu e o ideal do Eu for menor, ocorrerá o processo [...]: o líder será o objeto escolhido pelos membros do grupo, mas ele também fará parte do grupo, participando do processo geral de mútua identificação.

Tratar o populismo como o olhar em torno do líder de caráter manipulador e inescrupuloso que manipula a massa a mero desejo e vontade seria uma tamanha pobreza intelectual. Assim Laclau (2013, p. 225) revitaliza o conceito de populismo, trazendo pilares para a compreensão da formação dos novos líderes populistas. Para o autor, o populismo é tratado como uma possibilidade discursiva na qual as articulações e as demandas dos grupos que tem seu surgimento em experiências com falhas e erros, rompendo com sistemas políticos, reivindicando estabelecer a ordem que ora no vazio divide a sociedade em polos ambíguos e contraditórios e que consolidam o seguinte: “[...] o populismo se apresenta como subversivo [...] para uma reconstrução mais ou menos radical de uma nova ordem sempre que a ordem anterior foi abalada”.

Para Ernesto Laclau (2013, p. 318) não seria possível satisfazer a todas as vontades e forças em colidem dentro de um sistema político, tornando o populismo e sua análise meio de pensar o povo como uma categoria política que gera discursivamente a ideia de grupo à medida que suas demandas convergem para um mesmo caminho. “Esse conjunto pressupõe uma assimetria essencial entre a comunidade como um todo (o *populus*) e os “de baixo” (a *plebs*).

A origem do populismo é o partido do povo, ou seja, trabalhadores contra os poderosos, desta forma assim colocado em polos contrários são constituídos os inimigos políticos. “Essa tensão *sine die* é o que assegura o caráter político da sociedade, a pluralidade das encarnações do *populus* que não conduz a qualquer reconciliação [...] por isso que não existe parcialidade que não mostre, em seu interior, os traços do universal” (Laclau, 2013, p. 319-320).

4 O mito e o surgimento do bolsonarismo

Jair Messias Bolsonaro, ex capitão reformado do exército brasileiro e presidente da nação, o mito, que há décadas permeia os quadros da política nacional, sem muita expressão e até mesmo enquadrado como baixo clero entre seus pares. Eleito em 2018, por meio de um discurso que buscava combater a velha política, enaltecimento dos valores cristãos, combate à corrupção e à violência, Bolsonaro propagava temas como: “bandido bom é bandido morto”, “devemos armar nossa população, um povo armado não perde a liberdade”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Ainda no processo anterior às eleições, a luta contra a corrupção, a busca de romper com anos de governos “ditos” de esquerda, culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o que possibilitou ao então inexpressivo deputado Jair Bolsonaro assistir sua popularidade aumentar consideravelmente, bem como ser a opção de voto em rejeição a todos os governos anteriores exercidos pelo Partido dos Trabalhadores e Partido da Social-Democracia Brasileira.

Dessa forma, verificamos que a ruptura democrática vivida com o *impeachment* permite afirmar que caso o populismo fosse simplesmente a vontade das elites não teríamos assistido atônitos a dissolução de um governo democraticamente eleito e possivelmente nos anos atuais viveríamos sob o comando de um governo de centro-direita (PSDB ou MDB). Ocorre que a massa também produz movimentos de ruptura.

Contudo, a ruptura democrática promovida pela insatisfação das oligarquias brasileiras com a política econômica de Dilma tem um preço alto, que se exprime na pulsionalidade e subjetividade do povo, abrindo um vazio representativo no espectro político, que não poderia ser ocupado por nenhum ator situado em seu centro; nem pela centro-esquerda que se encontrava na posição de denúncia de um “golpe”, (significante, cujo espaço semântico havia sido capturado pela mídia) não realizando assim o luto da perda de seus líderes; nem pela centro-direita que após o festim da carnificina política, começava a ver seus principais nomes indiciados na Operação Lava-Jato (Indursky, 2020, p. 159).

Conforme palavras de João Moreira Salles (2017), surge a “transgressão controlada”, ou seja, tudo torna-se válido no jogo político desde que o “eu” não seja responsabilizado por quaisquer erros e atrocidades cometidas, pouco importa se tenho como base as notícias advindas de grupos de *Whatsapp* ou de sites tendenciosos mantidos com dinheiro privado, muito menos importante a transgressão da ética, o discurso do ódio e do preconceito, nada mais importará se faço ou apoio tais atitudes em nome do bem comum, pois

Doravante, todo discurso de ódio seria recodificado como “ódio do bem”, e uma disjunção entre retórica e ideologia passaria a autorizar que frases, até então politicamente incorretas, fossem proferidas sem constrangimento público. Afinal de contas, “se o judiciário pode transgredir, em nome do bem comum, por que eu não posso?!” (Indursky, 2020, p. 159).

O bolsonarismo inaugurou um novo espaço de verdade, um espaço em que parcela da população necessitava para expressar seus valores adormecidos por décadas, um local de fala onde atos de preconceito, racismo, homofobia, de desigualdade que antes criticados passam a ser vistos como espontaneidade e liberdade de expressão, inaugurando uma retórica de combate à velha política por um verdadeiro político do povo, que contraria normas, leis e tem em si o desejo do poder.

A partir desse momento, o discurso passa a não ser de uma pessoa xenófoba, preconceituosa, racista e misógina, mas sim uma luta por direitos individuais e que devem ser tutelados pelo Estado mesmo que em detrimento do direito do outro. Afinal, para boa parcela da população que adere a esses locais de fala, “não sou obrigado a conviver com quem não quero”, “sou livre para adquirir e manter sob minha guarda qualquer quantidade de armamento para minha própria segurança”, “os valores da família cristã têm que ser mantidos, pois a constituição é só uma e somente homens e mulheres podem constituir casamento e ter direitos”, o que antes era tratado como opressor passa a ser o oprimido e a vítima.

Assistimos assim, ao nascimento do “mito” ou do “Messias”, aquele que veio a abrigar em seus atos e discursos palavras que afagam a libido de boa parte da população, projetando a resolução de demandas de uma diversidade de sujeitos que individualmente não poderiam executar e dessa forma em nome do sacrifício a consagração do nome desse líder ocorre, em nome da moral, da fé, contra tudo e todos, numa crença inabalável da figura do Presidente.

Conforme nos traz Laclau (2013), é nessa “religiosidade política” que o líder forma seu povo e o povo constitui seu líder “sob o signo do sacrifício, foi sua beatificação; e Bolsonaro, o nome a ocupar o vazio que brotara frente ao esgotamento do pacto político neoliberal entre nossas elites e os partidos de centro (Indursky, 2020, p. 160).

5 Considerações finais

As noções de populismo das obras de Ernesto Laclau são de extrema importância para a compreensão presente do fenômeno do populismo, bem como debates sobre representação política e democracia. Em sua teoria o autor elabora um conceito mais amplo de populismo e suas consequências, para que a partir deste compreender a política e a democracia que sustentará o processo populista.

Opondo-se às visões mais adotadas do populismo, como o líder carismático e a concepção antiliberal, demagógica e assistencialista, o autor elabora três variáveis, da seguinte forma:

[...] relações de equivalência representadas hegemonicamente através de significantes vazios; deslocamento das fronteiras internas mediante a produção de significantes flutuantes; e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as recuperações dialéticas e confere à articulação política sua verdadeira centralidade (Laclau, 2013, p. 230).

A representação política para Laclau (2013, p. 246) é vista como uma presença da ausência, ou melhor explicitando, é necessário que os deputados representem o povo suprindo a ausência desses, não podendo, portanto, alterar a voz dos que se fazem representados. Do mesmo modo, na teoria do autor a ideia de hegemonia e significativo vazio é o próprio conceito de representação, sendo que sem sua existência a democracia desaparece, pois, “A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. Sem a produção de vazio não existe ‘povo’, não existe populismo, mas também não existe democracia”.

Assim, populismo está fora do poder. É uma lógica política que institui e inaugura o novo na lógica da construção do povo, um povo que ao mesmo tempo constrói seu líder e a partir desse ver na sua representação a transparência necessária para expressão das vontades e desejos individuais tão importantes para a democracia, conforme Laclau (2013, p. 232):

A teoria democrática, começando por Rousseau, sempre manteve grandes desconfianças em relação à representação, aceitando-a apenas como um mal menor, dada a impossibilidade de democracia direta em grandes comunidades como os modernos Estados-nação. Partindo dessas premissas, a democracia tem de ser tão transparente quanto possível: a representação precisa transmitir com máxima fidelidade a vontade daqueles que ela representa.

Política se faz a cada momento vivido. É falar do impossível. Dessa forma, a análise de Laclau (2013, p. 234) nos traz uma dubiedade sobre a questão da democracia, onde as infinitas gamas de demandas emanadas pelo processo de representatividade geram tensões entre os diversos agentes participantes, o que explica como “O líder torna-se, assim, produtor de símbolos, e sua atividade, não mais concebida como um ‘agir em favor’ de seus eleitores, começa a identificar-se com uma liderança efetiva”.

Em sua obra *Razão Populista*, o autor retira o populismo da marginalidade e propõe um modelo que amplie as bases democráticas de uma sociedade e assim “[...] analisar se as fontes de validade das razões precedem representação ou são constituídas através da representação” (Laclau, 2013, p. 235).

O populismo, portanto, é uma forma de construir a política, mesmo que sem ideologia. Entretanto, considerando as demandas não atendidas por uma parcela da sociedade, construindo, dessa forma, possibilidades para ressurgimento de ideologias e fortalecimento de algumas instituições de poder por meio da combinação entre homogeneidade e heterogeneidade na qual consiste na representação (Laclau, 2013, p. 237). Assim sendo, a partir das condições do momento político, sob o ponto de vista de laclauiano, consideramos anteriormente o lulismo e atualmente o bolsonarismo um modelo de populismo.

Líderes e projetos de governos populistas são possíveis na visão laclauiana porque essa construção política pelo discurso populista não tem uma origem definida. Ela ocorre com elevação e importância das demandas, que a partir de um discurso com voz e nome definido o qualifica de forma qualitativa para surgir. Para Laclau (2013, p. 242), trata-se de produzir o vazio a partir da operação da lógica hegemônica. “Para mim, o vazio é um tipo de identidade, não uma localização estrutural”.

A teoria revitalizada do populismo em Laclau nos permite afirmar que é possível o surgimento de líderes políticos de extrema direita na atualidade como um fenômeno populista, distante de análises que abordam como governos fascistas e neofascistas.

Como Chantal Mouffe (2018) assinala com correção: não tenhamos dúvidas, vivemos um momento populista que se não for jogado será perdido de forma desastrosa pelos demais atores políticos. No entanto, a emergência do bolsonarismo nos coloca igualmente a questão – da qual Laclau se esquivou ao longo de toda sua obra – sobre a legitimidade democrática de certos populismos (Indursky, 2020, p. 160).

Nesse ponto, podemos diferenciar o populismo democrático e antidemocrático; no primeiro, o povo é progressivamente mais aberto, uma entidade ampla; no segundo, temos o povo como entidade fechada, mesmo que em seus discursos procure abarcar diversas classes da sociedade com proletários, campesinatos, brancos, heterossexuais uma vez ‘silenciadas’ pelas políticas progressistas.

Pensando o bolsonarismo vemos que este:

[...] demarca igualmente a segunda diferenciação entre populismos democráticos e antidemocráticos. Pois, o que observamos na necropolítica bolsonarista é, no limite, uma estratégia suicida do Presidente da República, de governar não apenas para a sua base de apoio popular, mas inclusive contra ela própria (Safatle, 2020). Em meio à pandemia da Covid-19, sob o esforço de permanecer uma figura *antiestablishment*, Bolsonaro convoca seus próprios apoiadores a sair do isolamento social e voltar ao trabalho, o que implicará necessariamente a morte de muitos. Nas palavras de Thomás Zicman de Barros (2018, p. 90): “podemos dizer que o populismo antidemocrático se aproxima da passagem ao ato, de uma ruptura improdutiva, oposta ao ato analítico – como produtor de novas inscrições” (Indursky, 2020, p. 260).

Dessa forma, podemos compreender o bolsonarismo como um novo movimento populista, arraigado na construção de um líder a partir das demandas de uma parcela considerável da sociedade brasileira que anteriormente não possuía local de fala e ação.

Um líder originário de um vazio de crenças e estabilidade, com forte apelo na religiosidade política, no qual o mártir endossa todos os dias o sacrifício que realiza para manter a harmonia e a liberdade da nação, que frente ao esgotamento de suas políticas ditas liberais realiza os mesmos pactos que a velha política sempre perpetuou, que em meio às alianças entre os partidos de centro com as nossas elites ávidas pelo poder, continua a ter apoio na libido da realização do “eu” de cada sujeito apoiador.

Nossa democracia jovem e ainda em construção, que caminhava para um debate maduro e cada vez mais com base na vontade popular após a ruptura apresentada, necessita realizar e compor projetos a longo prazo, levando em conta a ética, deixando de lado o que podemos denominar cinismo político e ao mesmo tempo considerar que o politicamente correto nada mais é que um discurso que esconde nas grandes causas a vontade de particulares e não do coletivo.

6 Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- ADORNO, T. *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista: ensaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2007.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FREUD, S. *Totem e Tabu*. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-125. v. 13.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 83-119. v. 14.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do ego. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. 18.
- INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 365-388, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i3.1730>. Acesso em: 15 set. 2023.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador de função do Eu. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 1985.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2003.
- LAGO, M. Procura-se um presidente. *PIAÚÍ 152, São Paulo*, n. 152, mai. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- LE BON, G. *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1895.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Ernesto Laclau: da democracia radical ao populismo. *E-legis*, Brasília, n. 24, p. 22-38, set./dez. 2017. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/366>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- STAVRAKAKIS, Yannis. El sujeto lacaniano: la imposibilidad de la identidad y la centralidad de la identificación. In: STAVRAKAKIS, Yannis *Lacan y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007, p. 180-214. Acesso em: 15 set. 2023.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.